



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

6º RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO DOS JULGADOS DE PAZ

Referente a 31 de Dezembro de 2006

Aprovado na sessão de 20 de Setembro de 2007

e

Destinado à Assembleia da República e ao Governo



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

I

ABRANGÊNCIA

À semelhança do que acontecera relativamente ao primeiro relatório deste Conselho em 2002, nos anos seguintes, fazendo uma aplicação analógica do n.º 3 do art.º 65º da Lei n.º 78/2001, de 13.07, os relatórios foram-se reportando a Junho de cada ano.

Simplemente, tal não confere com a generalidade dos relatórios desta natureza. Com efeito e como é natural, as análises das instituições estabilizadas, como já é o caso dos Julgados de Paz, abrangem o termo de cada ano civil anterior.

É por isso que, fazendo uma aplicação actualista da única normatividade de que dispomos, este relatório refere-se a 31 de Dezembro de 2006, no que concerne a uma básica análise estatística.

Contudo, felizmente, os *Julgados de Paz são muito mais do que estatística*. Nesta medida, ao considerarmos uma visão sobre o que ocorre, significativamente, nesta instituição, não poderemos deixar de, na sistemática integrada, reflectir pensamentos actuais, tanto mais quanto é certo que este relatório não é feito para inútil arquivamento neste Conselho mas, sim, para comunicação à Assembleia da República e ao Governo.

Também na estrutura do relatório fazemos inovações.

Sendo o 6º que elaboramos, pensamos que não vale a pena reflectir o desenvolvimento de ideias gerais, que todavia se mantêm e, por isso, lhes fazemos uma ainda que breve referência.

Procuramos interpretar os elementos estatísticos. Com efeito, estes não valem por si. Valem na medida do que podem significar.

Fazemos uma referência breve aos seis anos de trabalhos.

Reflectimos o que suscita, no presente, mais atenção.

Pensamos o que devem ser, no nosso entendimento, as ideias força do futuro.

E, naturalmente, fazemos alguma observação a cada Julgado de Paz, até porque os Srs. Juízes de Paz contribuíram, com ideias que nos expuseram, para a elaboração deste relatório.

Mas a instituição vale como um todo, em termos de País, e não apenas a título de redutora dimensão geográfica.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

II

AS ESTATÍSTICAS

1. Temos dito e repetimos que a *Justiça não se quantifica, qualifica-se*.

Justiça é direito fundamental dos cidadãos portugueses (art.º 20º da CRP). Tudo o que contribua para a realização desse direito é positivo.

Como já dizia o romano Marco Túlio Cícero, no século I antes de Cristo, “A Justiça é a rainha e a senhora de todas as virtudes”.

Justiça e Paz são indissociáveis. Se a Paz social viabiliza Justiça, esta é factor de verdadeira Paz. *São duas condicionantes interactivas de qualquer sociedade humana digna.*

Na sua própria expressão, Julgados de Paz interiorizam e exteriorizam Justiça e Paz.

São, assim, uma instituição de segura relevância social e individual, numa verdadeira perspectiva de Justiça de Proximidade, *isto é, não só feita para os cidadãos utentes mas com os cidadãos, o que é muito mais.*

Esta é uma leitura pós-modernista do que deve ser Justiça, mas que foi basear a sua seiva vivificadora aos alvares do tempo comum, em que os homens sentiram necessidade de gerir os seus pequenos burgos, distantes dos grandes meios formais e formalizantes dos centros do Poder centrípeto.

Os Julgados de Paz têm, pois, uma raiz democrática e autonomista mas que, hoje, têm de inserir-se no grande espaço do Estado e de Justiça una.

Concretizando:

Mantém-se – e bem – a vertente autárquica, mas tem de se ter clara noção de que os Julgados de Paz não são Tribunais municipais mas, sim, tribunais do Estado.

A Justiça é uma vertente inalienável e indissociável dos Poderes do Estado.

E se, em qualquer Tribunal, a Justiça só é viável na medida da adequada formação, sensibilidade, disponibilidade, saber e saber ser, designadamente, dos Juízes, isso é, seguramente, nuclear, *sine qua non*, nos Julgados de Paz.

É a esta *exigente* luz que, pesem embora um ou outro *incidente de percurso*, os Julgados de Paz valem a pena aos cidadãos e, portanto, mal se todos se não tivessem vindo para ficar.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Tudo isto para dizer que as estatísticas limitam-se a reflectir, por um lado, a boa opção que continuam a ser os Julgados de Paz e, outrossim, os ajustamentos que são necessários, *como em qualquer obra humana*.

Por melhor que seja a obra humana, nada do que é humano é definitivo e perfeito. Como assim, *as melhores obras humanas, são as que justificam e permitem melhoramento*. E, para isto acontecer, é óbvio que têm de ser diagnosticados os aspectos a melhorar.

Mas, para já, anotemos estatísticas.

Elas partem de 2002, o ano da recriação dos Julgados de Paz, e vão até ao fim de 2006, o ano em que foram instalados os mais recentes dos actuais 16. Estes foram instalados, isto é, começaram a funcionar nas seguintes datas:

- 1 - 21.01.2002 – Lisboa
- 2 - 01.02.2002 – Seixal
- 3 - 22.01.2002 – Oliveira do Bairro (mais tarde, Agrupamento de Concelhos de Oliveira do Bairro, Águeda, Anadia e Mealhada, embora aguardando Protocolo)
- 4 - 27.02.2002 – Vila Nova de Gaia
- 5 - 01.03.2004 – Terras de Bouro
- 6 - 01.03.2004 – Vila Nova de Poiares
- 7 - 01.03.2004 – Miranda do Corvo
- 8 - 08.09.2004 – Tarouca (Agrupamento de Concelhos de Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende)
- 9 - 22.03.2004 – Santa Marta de Penaguião (Agrupamento de Concelhos de Santa Marta de Penaguião, Alijó, Murça, Peso de Régua, Sabrosa e Vila Real)
- 10 - 05.04.2004 – Cantanhede (Agrupamento de Concelhos de Cantanhede, Mira e Montemor-o-Velho)
- 11 - 15.04.2004 – Porto
- 12 - 17.05.2004 – Aguiar da Beira (Agrupamento de Concelhos de Aguiar da Beira e Trancoso)
- 13 - 07.03.2004 – Trofa
- 14 - 15.03.2006 – Sintra
- 15 - 28.03.2006 – Coimbra
- 16 - 28.11.2006 – Santa Maria da Feira



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Tínhamos, assim, em 31 de Dezembro de 2006, 16 Julgados de Paz, situação que se mantém, aliás numa fase de renovada afirmação e de firme esperança à luz do relatório do ISCTE, a que nos referiremos.

Os Srs. Juízes de Paz que têm prestado serviço nos Julgados de Paz são os seguintes:

Lisboa

- Dr. Paulo Jorge Pereira Vidal, desde 21.01.2002, até 30.09.2002
- Dr. João Paulo da Cunha Rendeiro Chumbinho, desde 21.01.2002, mantém-se
- Dr.^a Maria de Ascensão Ribeiro Pires Arriaga, desde 18.12.20002, mantém-se

Seixal

- Dr.^a Ana Paula de Almeida Flausino, desde 01.02.2002, mantém-se
- Dr.^a Maria Fernanda da Tripa Carretas, desde 01.02.2002, mantém-se

Oliveira do Bairro

- Dr.^a Maria Judite Costa Dias Matias, desde 22.01.2002, até 14.03.2006,
- Dr. António dos Santos Carreiro, desde 11.02.2002, até 05.04.2004
- Dr.^a Sofia Ferreira Lopes de Campos Coelho, desde 05.04.2004, mantém-se

Vila Nova de Gaia

- Dr. Paulo José H. de S. A. Brito, desde 27.02.2002, até 15.04.2004
- Dr.^a Paula C. de Portugal Fernandes Ranção, desde 27.02.2002, mantém-se
- Dr.^a Maria Manuela A. C. Ferreira de Freitas, desde 15.04.2004, mantém-se

Terras de Bouro

- Dr.^a Ângela Cristina Silva Cerdeira, desde 12.02.2004, mantém-se

Vila Nova de Poiares

- Dr. Dionísio dos Santos Campos, desde 12.02.2004, até 28.03.2006
- Dr.^a Filomena Maria Veiga de Matos Costa, desde 12.02.2004, mantém-se

Miranda do Corvo

- Dr.^a Filomena Maria Veiga de Matos Costa, desde 12.02.2004, mantém-se

Tarouca

- Dr.^a Paula Cristina de F. C. B. Mora Moraes, desde 12.02.2004, mantém-se

Santa Marta de Penaguião

- Dr.^a Maria Gabriela Gonçalves Cunha, desde 12.02.2004, mantém-se

Cantanhede



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

- Dr. António dos Santos Carreiro, desde 05.04.2004, mantém-se

Porto

- Dr. Paulo José H. de S. A. Brito, desde 15.04.2004, mantinha-se em 31.12.2006
- Dr.^a Maria Alexandra de A. C. Gomes, desde 12.02.2004, mantinha-se em 31.12.2006

Aguiar da Beira

- Dr.^a Ana Paula Grandão Teles, desde 12.02.2004, mantém-se

Trofa

- Dr.^a Ângela Cristina Silva Cerdeira, desde 12.02.2004, mantém-se

Sintra

- Dr.^a Maria Judite Costa Dias Matias, desde 15.03.2006, mantém-se

Coimbra

- Dr. Dionísio dos Santos Campos, desde 12.02.2004, mantém-se

Santa Maria da Feira

- Dr.^a Sofia Ferreira Lopes de Campos Coelho, desde 05.04.2004, mantém-se

————X————

Seguem-se mapas estatísticos elaborados pelos Serviços de Apoio do Conselho, a partir de elementos fornecidos pelos Srs. Juízes de Paz.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Estatística dos Julgados de Paz Global e Individualizada
Reportada a 31.12.2006

Julgado de Paz de Lisboa

Data de instalação: 21 – 01 – 2002

Processos Entrados em 2002 – 119

Processos Entrados em 2003 – 181

Processos Entrados em 2004 – 449

Processos Entrados em 2005 – 552

Processos Entrados em 2006 – 798

Total de Processos entrados – 2099

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2002	2003	2004	2005	2006
-----	52,1%	148,04%	22,93%	44,56%

Processos findos por:

	2002	2003	2004	2005	2006
Mediação	22	55	100	112	152
Conciliação	28	55	139	198	255
Julgamento	19	35	81	108	147
Outros motivos	21	22	65	101	194
Total	90	167	385	519	748

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2002	2003	2004	2005	2006
-----	85,55%	130,53%	34,80%	47,97%

Processos pendentes em:

31.12. 2002	21.12. 2003	31.12. 2004	31.12. 2005	31.12. 2006
24	38	93	124	153

Recursos: 31 interpostos, com conhecimento de 16 decisões proferidas. Destes:
Providos – 7 dos quais 4 foram apenas parcialmente providos

Duração média: 56 dias



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Oliveira do Bairro, Águeda, Anadia e Mealhada

Data de instalação: 22 – 01 – 2002

Processos Entrados em 2002 – 55

Processos Entrados em 2003 – 107

Processos Entrados em 2004 – 99

Processos Entrados em 2005 – 98

Processos Entrados em 2006 – 151

Total de Processos entrados – 510

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2002	2003	2004	2005	2006
-----	95%	8%	-1%	55%

Processos findos por:

	2002	2003	2004	2005	2006
Mediação	26	36	28	27	28
Conciliação	8	8	14	6	15
Julgamento	13	47	40	58	65
Outros motivos	2	13	14	12	31
Total	49	104	96	103	139

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2002	2003	2004	2005	2006
-----	113%	-9%	8%	55%

Processos pendentes em:

31.12. 2002	21.12. 2003	31.12. 2004	31.12. 2005	31.12. 2006
6	9	12	7	19

Recursos: 5 dos quais 3 não providos, sendo que 2 ainda não têm decisão

Duração média: 31 dias



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz do Seixal

Data de instalação: 01 – 02 – 2002

Processos Entrados em 2002 – 87
 Processos Entrados em 2003 – 152
 Processos Entrados em 2004 – 281
 Processos Entrados em 2005 – 336
 Processos Entrados em 2006 – 431
Total de Processos entrados – 1.287

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2002	2003	2004	2005	2006
-----	75%	85%	20%	28%

Processos findos por:

	2002	2003	2004	2005	2006
Mediação	20	30	43	46	60
Conciliação	19	40	72	74	112
Julgamento	26	31	70	83	84
Outros motivos	12	16	56	90	103
Total	77	117	241	293	359

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2002	2003	2004	2005	2006
-----	52%	106%	22%	23%

Processos pendentes em:

31.12. 2002	21.12. 2003	31.12. 2004	31.12. 2005	31.12. 2006
10	35	40	43	72

Recursos: 12 – dois quais 2 providos, não se sabendo a decisão dos restantes

Duração média: 51 dias



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia

Data de instalação: 27 – 02 – 2002

Processos Entrados em 2002 – 76
Processos Entrados em 2003 – 257
Processos Entrados em 2004 – 806
Processos Entrados em 2005 – 945
Processos Entrados em 2006 – 1055
Total de Processos entrados – 3.139

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2002	2003	2004	2005	2006
-----	70,42%	68,11%	14,70%	10,43%

Processos findos por:

	2002	2003	2004	2005	2006
Mediação	28	103	275	322	284
Conciliação	18	26	59	67	97
Julgamento	16	31	188	236	236
Outros motivos	8	23	145	201	322
Total	70	183	667	826	939

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2002	2003	2004	2005	2006
-----	61,74%	72,56%	19,25%	12,03%

Processos pendentes em:

31.12. 2002	21.12. 2003	31.12. 2004	31.12. 2005	31.12. 2006
6	80	219	338	327

Recursos: 22, dos quais 3 providos e 4 não providos, desconhecendo-se as decisões sobre os restantes

Duração média: 70 dias



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Miranda do Corvo

Data de instalação: 01 – 03 – 2004

Processos Entrados em 2004 – 37

Processos Entrados em 2005 – 68

Processos Entrados em 2006 – 66

Total de Processos entrados – 171

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2004	2005	2006
-----	83,78%	-2,94%

Processos findos por:

	2004	2005	2006
Mediação	17	25	26
Conciliação	4	12	9
Julgamento	8	21	24
Outros motivos	2	5	6
Total	31	63	65

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2004	2005	2006
-----	103,23%	3,17%

Processos pendentes em:

31.12. 2004	31.12. 2005	31.12. 2006
6	11	12

Recursos: 1, não provido

Duração média: 33 dias



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Santa Marta de Penaguião, Alijó, Murça, Peso da Régua, Sabrosa e Vila Real

Data de instalação: 22 – 03 – 2004

Processos Entrados em 2004 – 90

Processos Entrados em 2005 – 162

Processos Entrados em 2006 – 187

Total de Processos entrados – 439

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2004	2005	2006
-----	80%	15,5%

Processos findos por:

	2004	2005	2006
Mediação	28	33	24
Conciliação	9	26	47
Julgamento	18	63	64
Outros motivos	17	38	29
Total	72	160	164

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2004	2005	2006
-----	122%	2,5%

Processos pendentes em:

31.12. 2004	31.12. 2005	31.12. 2006
18	20	43

Recursos: 7 – dos quais 3 foram providos, 6 não providos e 2 ainda não têm decisão

Duração média: 43 dias



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende

Data de instalação: 08 – 03 – 2004

Processos Entrados em 2004 – 70

Processos Entrados em 2005 – 98

Processos Entrados em 2006 – 127

Total de Processos entrados – 295

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2004	2005	2006
-----	40%	29,6%

Processos findos por:

	2004	2005	2006
Mediação	15	18	24
Conciliação	6	14	10
Julgamento	21	36	42
Outros motivos	13	30	27
Total	55	98	103

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2004	2005	2006
-----	80%	4%

Processos pendentes em:

31.12. 2004	31.12. 2005	31.12. 2006
15	14	38

Recursos: 7 – 2 dos quais providos e 1 não provido, desconhecendo-se decisões dos restantes

Duração média: 51 dias



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Terras de Bouro

Data de instalação: 01 – 03 – 2004

Processos Entrados em 2004 – 66

Processos Entrados em 2005 – 50

Processos Entrados em 2006 – 49

Total de Processos entrados – 165

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2004	2005	2006
-----	-24,24%	-2%

Processos findos por:

	2004	2005	2006
Mediação	39	28	14
Conciliação	7	12	5
Julgamento	8	6	17
Outros motivos	5	8	9
Total	59	54	45

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2004	2005	2006
-----	-8,47%	-16,70%

Processos pendentes em:

31.12. 2004	31.12. 2005	31.12. 2006
7	3	7

Recursos: 0

Duração média: 39 dias



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Vila Nova de Poiares

Data de instalação: 01 – 03 – 2004

Processos Entrados em 2004 – 16

Processos Entrados em 2005 – 17

Processos Entrados em 2006 – 19

Total de Processos entrados – 52

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2004	2005	2006
-----	6,25%	11,76%

Processos findos por:

	2004	2005	2006
Mediação	4	1	4
Conciliação	0	0	0
Julgamento	11	16	13
Outros motivos	0	0	1
Total	15	17	18

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2004	2005	2006
-----	13,33%	5,88%

Processos pendentes em:

31.12. 2004	31.12. 2005	31.12. 2006
1	1	2

Recursos: 0

Duração média: 44 dias



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Cantanhede, Mira e Montemor-o-Velho

Data de instalação: 05 – 04 – 2004

Processos Entrados em 2004 – 175

Processos Entrados em 2005 – 254

Processos Entrados em 2006 – 279

Total de Processos entrados – 708

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2004	2005	2006
-----	45,10%	9,80%

Processos findos por:

	2004	2005	2006
Mediação	40	62	105
Conciliação	39	81	61
Julgamento	21	76	99
Outros motivos	11	29	35
Total	111	248	300

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2004	2005	2006
63,43%	72,44%	82,43%

Processos pendentes em:

31.12. 2004	31.12. 2005	31.12. 2006
64	70	49

Recursos: 2, os quais não foram providos

Duração média: 76 dias



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz do Porto

Data de instalação: 15 – 04 – 2004

Processos Entrados em 2004 – 423

Processos Entrados em 2005 – 915

Processos Entrados em 2006 – 1143

Total de Processos entrados – 2481

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2004	2005	2006
-----	53,77%	20%

Processos findos por:

	2004	2005	2006
Mediação	86	203	178
Conciliação	50	79	195
Julgamento	53	154	316
Outros motivos	85	252	384
Total	274	688	1.073

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2004	2005	2006
-----%	60,17%	35,88%

Processos pendentes em:

31.12. 2004	31.12. 2005	31.12. 2006
141	373	452

Recursos: 29, tendo sido negado provimento a 6 processos, decisão desfavorável em 2, aguarda-se decisão nos restantes.

Duração média: 109 dias



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Aguiar da Beira e Trancoso

Data de instalação: 17 – 05 – 2004

Processos Entrados em 2004 – 21

Processos Entrados em 2005 – 45

Processos Entrados em 2006 – 30

Total de Processos entrados – 96

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil

2004	2005	2006
-----	53,33%	-50%

Processos findos por:

	2004	2005	2006
Mediação	12	17	6
Conciliação	0	2	6
Julgamento	5	15	15
Outros motivos	2	2	3
Total	19	36	30

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil

2004	2005	2006
-----%	47,22%	-20%

Processos pendentes em:

31.12. 2004	31.12. 2005	31.12. 2006
2	11	7

Recursos: 1 – não provido

Duração média: 26 dias



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Trofa

Data de instalação: 07 – 03 – 2006

Processos Entrados em 2006 – 44

Total de Processos entrados – 44

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil 2006

-----%

Processos findos por:

	2006
Mediação	11
Conciliação	6
Julgamento	7
Outros motivos	6
Total	30

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil 2006

-----%

Processos pendentes em:

31.12. 2006

15

Recursos: 0

Duração média: 50 dias



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Sintra

Data de instalação: 15 – 03 - 2006

Processos Entrados em 2006 – 584

Total de Processos entrados – 584

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil **2006**

-----%

Processos findos por:

	2006
Mediação	181
Conciliação	26
Julgamento	82
Outros motivos	61
Total	350

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil **2006**

-----%

Processos pendentes em:

31.12. 2006

235

Recursos: 1, desconhecendo-se a solução

Duração média: 51 dias



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Coimbra

Data de instalação: 28 – 03 - 2006

Processos Entrados em 2006 – 127

Total de Processos entrados – 127

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil 2006

-----%

Processos findos por:

	2006
Mediação	34
Conciliação	18
Julgamento	28
Outros motivos	19
Total	99

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil 2006

-----%

Processos pendentes em:

31.12. 2006

28

Competência extrajudicial – 5 Processos em 2006

Recursos: 0

Duração média: 48 dias



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Santa Maria da Feira

Data de instalação: 28 – 11 - 2006

Processos Entrados em 2006 – 10

Total de Processos entrados – 10

Percentagem de aumento de processos *entrados* em cada ano civil **2006**

-----%

Processos findos por:

	2006
Mediação	0
Conciliação	0
Julgamento	0
Outros motivos	1
Total	1

Percentagem de aumento de processos *findos* em cada ano civil **2006**

-----%

Processos pendentes em:

31.12. 2006

9

Recursos: 1

Duração média: 15 dias



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Dados globais de todos os Julgados de Paz

Total de Processos entrados nos Julgados de Paz até 31 de Dezembro de 2004 – 3.568
Total de Processos entrados nos Julgados de Paz até 31 de Dezembro de 2005 – 7.107
Total de Processos entrados nos Julgados de Paz até 31 de Dezembro de 2006 – 12.204

Total de Processos findos nos Julgados de Paz até Dezembro de 2004 – 2.948
Total de Processos findos até Dezembro de 2005 – 6.091
Total de Processos findos até Dezembro de 2006 – 10.774

Processos entrados até Dezembro de 2004 – 3.568
Processos entrados em 2005 – 3.539
Processos entrados em 2006 – 5.097

O crescimento de processos entrados entre o ano de 2005 e 2006 foi de 30,57%

Processos findos até Dezembro de 2004 – 2.948
Processos findos em 2005 – 3.143
Processos findos em 2006 – 4.683

O crescimento de processos findos entre o ano de 2005 e 2006 foi de 32,88%

Eficácia de resolução entre os processos entrados e findos é em 2005 de 85,70% e em 2006 de 88,28%.

—————X—————

A duração média de dias da resolução dos processos entrados nos Julgado de Paz em 2004 foi de 41 dias.

A duração média de dias da resolução dos processos entrados nos Julgado de Paz em 2005 foi de 49 dias.

Duração média de resolução de processos por Julgado de Paz em 2006

Aguiar da Beira – 26 dias

Cantanhede – 76 dias



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Coimbra – 48 dias
Lisboa – 31
Miranda do Corvo – 33 dias
Oliveira do Bairro – 31 dias
Porto – 109 dias
Stª Marta de Penaguião – 43 dias
Seixal – 51 dias
Sintra – 51 dias
Tarouca – 51 dias
Terras de Bouro – 39 dias
Trofa – 50 dias
Vila Nova de Gaia – 70 dias
Vila Nova de Poiares – 44 dias

A duração média de dias da resolução dos processos entrados nos Julgado de Paz em 2006 foi de 50 dias.

Total de recursos nos Julgados de Paz até 2004 – 31
Total de recursos nos Julgados de Paz em 2005 – 39
Total de recursos nos Julgados de Paz em 2006 – 51
Total de recursos em 2006 desde a instalação dos Julgados de Paz = 121

Percentagem de recursos relativamente, aos processos entrados

Processos entrados = 12.204

Recursos entrepostos = 121

Percentagem = 0,991%

**Processos entrados em 2006, nos Julgados de Paz
oriundos dos Tribunais Judiciais**

J.P. Lisboa

– 3 Processos (0,3%)

- 1º Trimestre de 2007 – 3 processos

J.P. Oliveira do Bairro



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

- 0 Processos desde a instalação

J.P. Seixal

- 0 Processos
- 1º Trimestre de 2007 – 2 processos

J.P. Vila Nova de Gaia

- 8 Processos
- 1º Trimestre de 2007 – 2 processos

J.P. Miranda do Corvo

- 0 Processos desde a instalação

J.P. Santa Marta Penaguião

- 3 Processos em 2004 (0,033%)
- 1 Processo em 2005 (0,006%)
- 1 Processo em 2006 (0,005%)
- 1º Trimestre de 2007 – 0 Processos

J.P. Tarouca

- 1 Processo em 2004 (1,43%)
- 2005 – 0 Processos
- 4 Processos em 2006 (3,15%)

J.P. Terras de Bouro

- 0 Processos desde a instalação

J.P. Vila Nova de Poiares

- 0 Processos desde a instalação

J.P. Cantanhede

- 0 Processos desde a instalação

J.P. Porto

- 101 (8,84% do total de processos entrados)
- 1º Trimestre de 2007 – 15 (5,6% do total de processos entrados)

J.P. Aguiar da Beira

- 2 Processos em 2004
- 3 Processos em 2005
- 0 Processos em 2006
- 1º Trimestre de 2007 – 0
- 0,5% dos total de processos entrados

J.P. Trofa

- 1 Processo em 2006 (2,27% dos processos entrados)
- 1º Trimestre de 2007 – 0

J.P. Sintra

- 0 Processos desde a instalação

J.P. Coimbra

- 0 Processos desde a instalação

J.P. Santa Maria de Feira

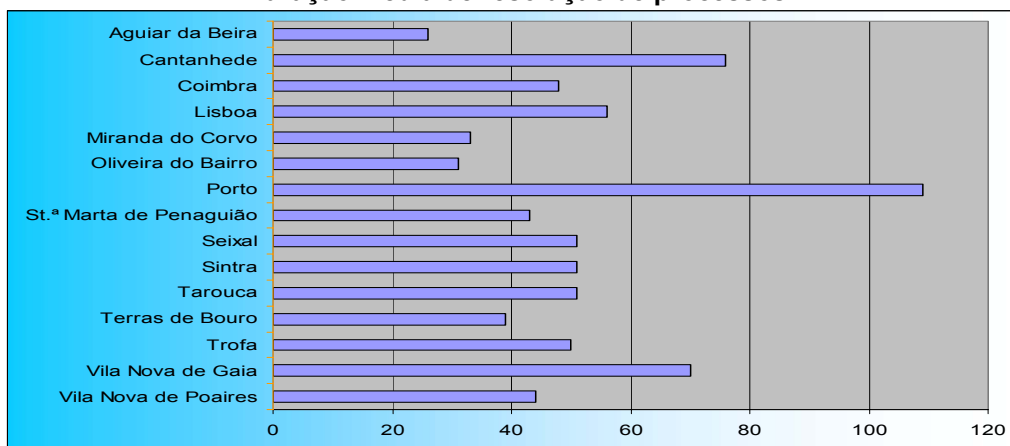
- 0 Processos entrados desde a instalação



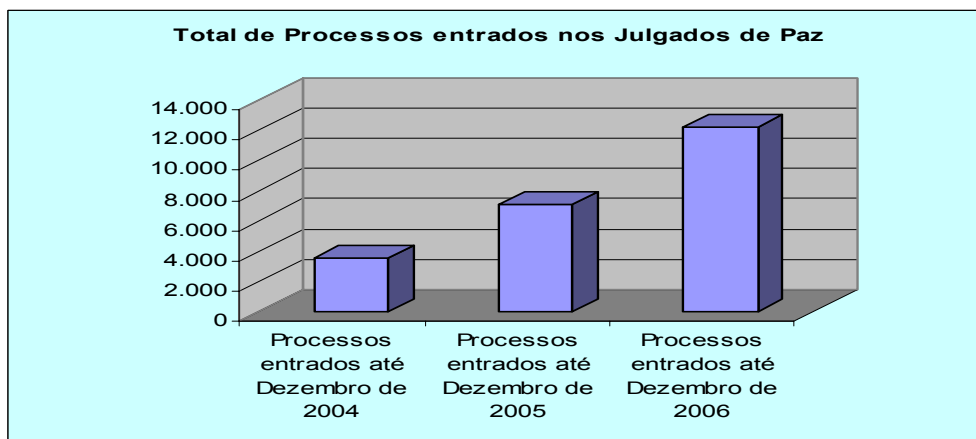
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

A percentagem de processos enviados pelo Tribunal Judicial para os Julgados de Paz, relativamente, à totalidade de processos entrados, é de 1,160%

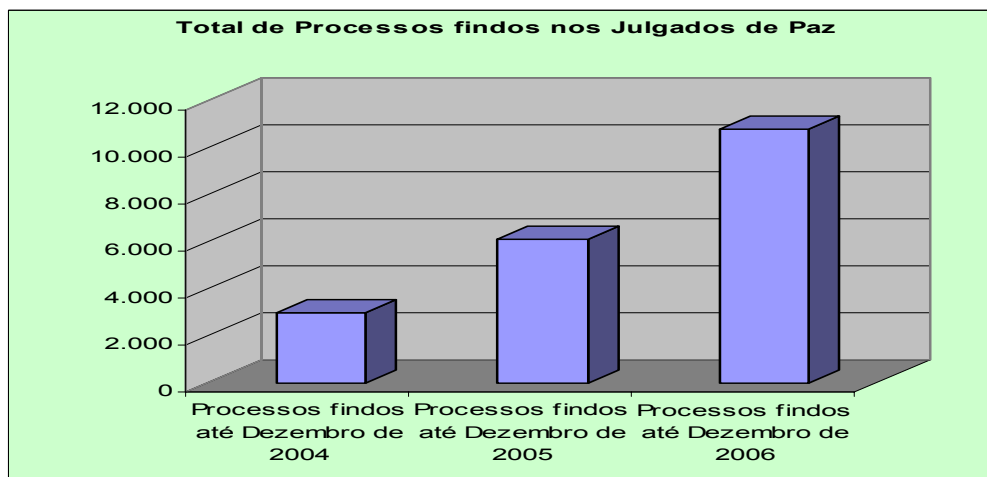
Duração média de resolução de processos



Total de Processos entrados nos Julgados de Paz



Total de Processos findos nos Julgados de Paz





CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

2. BREVE ANÁLISE

de alguns elementos estatísticos

Os elementos estatísticos têm uma *linguagem* própria.

Mas há que frisar alguns aspectos.

Objectivamente e *pese embora algum aumento na potencial abrangência*, o número de processos entrados, nos Julgados de Paz, entre 31 de Dezembro de 2002 e 31 de Dezembro de 2006, passou de 119 para 2099. Por outro lado, relativamente a 552 entrados em 2005, tivemos 798 em 2006. De um ano (2005) para o outro (2006), mais 30,83%.

O mais importante e que ultrapassa a abrangência está em que a *maior entrada foi acompanhada por mais dilatada finalização*.

Esta finalização, teve um *aumento percentual superior à entrada*, não obstante a carência de Juízes de Paz que já então se notava, o que *evidencia muito esforço por parte da generalidade dos Srs. Juízes de Paz* e uma gestão adequada. Repare-se que em 2006, relativamente a 2005, houve:

- **aumento de entradas: 44,56%**

- **aumento de finalizações: 47,97%**

Por outro lado, o *tempo médio* de pendência de processos, em 2006, situado em 56 dias, é notável e *realiza, efectivamente, o preceito constitucional e internacional da Justiça em prazo razoável: art.º 20º n.º 4 da CRP; art.º 6º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e art.º 47º da Carta dos Direitos Fundamentais da U.E.*

Será que alguém ainda pode duvidar do mérito de uma instituição jurisdicional que cumpre um preceito tão importante da normatividade nacional e internacional tão desejado, tão justo e tão notoriamente pouco conseguido?

Finalmente, nesta breve análise, não é demais sublinhar que os Julgados de Paz têm compreendido que não lhes basta fazerem Justiça *para* os cidadãos utentes; têm de a fazer *com* os cidadãos utentes. Isto reflecte-se nos números de processos findos por acordo, o que constitui o segredo de poucos recursos e, ao que se julga saber, de normal desnecessidade de execução. Com efeito, em 2006, tirando processos findos por outros



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

motivos (inutilidades, remessas, etc.), para processos findos por julgamento (1239), houve 1993 decorrentes de acordos (mediação e conciliação)!

É a Justiça de Paz em acção!

III

AS IDEIAS – FORÇA

1 – Os Julgados de Paz são Tribunais. Sabem-no todos quantos conhecem a Constituição da República Portuguesa (art.º 209 n.º 2).

Mas, sendo embora instituições tipicamente portuguesas, face ao seu ocaso durante a segunda metade do século XX, apareceram às actuais gerações como algo diferente do *habitual* e, portanto, suscitando dúvidas, hesitações, mesmo discordâncias.

A pouco e pouco e graças, fundamentalmente, ao trabalho que foi sendo realizado e à assunção e explicação que foi possível ir fazendo, os Julgados de Paz foram ganhando credibilidade e, com ela, o seu espaço.

Compete ao Estado prestar, aos cidadãos, a Justiça a que estes, como é fundamental, têm direito (art.º 20 da C.R.P.).

E não nos cansemos de o dizer:

O sistema judicial é e será o sistema de Justiça essencial da República Portuguesa.

Mas não é o único sistema de Justiça. Nem pode ser. Quem o supusesse, não seria deste tempo.

Aliás, é obviamente indiferente o verbalismo que se use.

Tanto dá falar em sistema e subsistemas de Justiça, o judicial e outros. Como dá falar em vários sistemas de Justiça. O que importa são as ideias.

Perante tantas e tantas formas de ilícitos, cada vez mais diversificadas, cremos que não há Estado que não tenha vários caminhos, sistemas ou subsistemas, para se tentar proporcionar Justiça.

Ainda há pouco tempo alguns de nós pudemos constatar as diversidades de sistemas de Justiça, conforme os Espaços e os Tempos, num óptimo seminário ocorrido em Luanda.

Portanto, os Julgados de Paz têm o seu espaço e o seu tempo. E, isto, inclusive porque conjugam, de forma exemplar, jurisdição e mediação intrajudicial (*lato sensu*).



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

2 – O ano de 2006 foi o ano da instalação dos mais recentes 4 Julgados de Paz, ao longo do ano, entre 7 de Março (Trofa) e 28 de Novembro (Santa Maria da Feira), passando por Sintra (15 de Março) e Coimbra (28 de Março).

Sintra é já um tamanho êxito, que bem carece da abertura de uma Secção autónoma.

Coimbra evidencia sinais de êxito, pese embora ter a instalação nos arrabaldes da cidade.

Trofa tem menos movimento, mas tem potencialidades.

Santa Maria da Feira demonstra vitalidade, obrigando a Sr.^a Juíza de Paz que, ali, presta serviço a um constante vai e – vem entre Oliveira do Bairro e Santa Maria da Feira.

E isto vem de caminho para se falar dos Juízes de Paz e da sua necessidade, questão felizmente em vias de solução.

O elemento humano é, sempre, o mais importante em qualquer instituição, quer em qualidade, quer em quantidade.

Em 31 de Dezembro de 2006, para 16 Julgados de Paz, havia 17 Juízes de Paz. Hoje, há só 15, embora por razões diferentes. E alguns Julgados de Paz têm quadro de dois Juízes.

Desde 2001, que não havia concurso para Juiz de Paz. Como se sabe, uma das várias diferenças entre os Tribunais judiciais e os Julgados de Paz está em que os concursos/cursos dos respectivos Juízes são diferentes. O que está certo: para Tribunais judiciais, uma certa formação; para Tribunais não judiciais, diferente formação.

Oportunamente alertadas por este Conselho, as autoridades competentes abriram um novo concurso para selecção de novos 30 Juízes de Paz: Portaria n.º 575/2007, de 2 de Maio.

Trata-se de uma medida que evidencia o crédito que a instituição merece e que permitirá, a este Conselho, uma gestão mais adequada às necessidades. Os trâmites estão, neste momento, em curso.

Enquanto os actos do actual concurso/cursos não terminam, a situação é muito difícil, obrigando a uma gestão, por parte deste Conselho, bastante complicada. A questão não está só na carência de Juízes de Paz. Está na *dispersão* dos Julgados de Paz e na circunstância de os Juízes de Paz se substituírem uns aos outros, mas não ser possível



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

jus constituto, designar outros juristas para, embora em circunstâncias excepcionais, substituírem Juízes de Paz.

A situação é particularmente difícil em períodos de normais férias dos Juízes de Paz. É que os *Julgados de Paz, como Tribunais, não têm férias. Mas os Juízes, como quaisquer outros trabalhadores, têm.*

3 – Dissemos que os Julgados de Paz têm conquistado credibilidade.

E assim é.

Hoje, pode dizer-se, neste 6.º Relatório Anual, que se confirmam todas as esperanças e potencialidades que, logo em 2002, este Conselho perspectivou.

Quer por força da rapidez decisória (*média* de cerca de 2 meses de tempo de pendência, em termos globais); quer atendendo à relativa modéstia dos custos (não mais de 70 ou de 50 euros *por processo*); quer, fundamentalmente, atendendo ao modo próximo, humano, lado – a – lado, simples, como as questões vão sendo resolvidas, assim haja divulgação, os cidadãos vão aderindo e, como reflexo, as respectivas Autarquias vão desejando a implementação de Julgados de Paz no seu âmbito.

Estas observações têm um núcleo que deve ser frisado: a Justiça de Proximidade e o art.º 2 da Lei 78/2001, de 13.07:

“ 1. A actuação dos julgados de paz é vocacionada para permitir a participação cívica dos interessados e para estimular a justa composição dos litígios por acordo das partes.

2. Os procedimentos nos julgados de paz estão concebidos e são orientados por princípios de simplicidade, adequação, informalidade, oralidade e absoluta economia processual”.

Desde logo, é preciso entender que *a estratégia está no n.º 1* e simples condutas metodológicas estão no n.º 2. Estas condutas são inconfundíveis com a estratégia, modos de chegar à finalidade que é a participação cívica dos interessados na procura das próprias soluções adequadas em ordem a efectiva pacificação. Aliás, seria muito estranho que se confundisse por exemplo, simplicidade e oralidade com Justiça de cooperação ou participação ou, mesmo, simplicidade com clareza, ou oralidade com documentação ainda que sintética.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

É a Justiça de proximidade ou de participação que constitui o núcleo definidor dos Julgados de Paz e que pode e deve definir uma característica identificadora e qualitativa que se evidencie, perante os cidadãos comuns e a Advocacia, e continue a fazer progredir esta instituição que, como já foi dito, veio do Passado, adaptou-se às necessidades do Presente e constitui a raiz da Justiça do Futuro.

4. É a esta luz que deve ser saudado o excelente trabalho do ISCTE, protocolado em Setembro de 2005, realizado posteriormente e publicitado em 2007.

Este Conselho sente-se feliz por ter podido colaborar, como lhe competia, e por os respectivos Relatórios anuais terem sido ponderados e bem ponderados.

Note-se e tenha-se em devida atenção que a importância do relatório do ISCTE sobre o desenvolvimento da rede dos Julgados de Paz não está só na projecção do futuro número de Julgados de Paz: 120 no Continente, mais 3 Agregados de Julgados de Paz na Região Administrativa dos Açores e 4 Agregados na Região Administrativa da Madeira – o que já seria mais do que suficiente para se explicitar os encómios que o trabalho merece, pesem embora pormenores que, como sempre, podem suscitar diferentes opções.

O grande mérito do trabalho está em ter havido a sensibilidade e a inteligência de se partir de ideias claras e seguras, desde logo a nova Justiça que está subjacente à instituição servida por Tribunais *diferentes dos judiciais*, que são os Julgados de Paz. Para além da afirmação constitucional (art.º 209 n.º 2 da CRP), as características conformadoras dos Julgados de Paz, a sua tradição municipalista e, daí, a parceria Estado – Autarquia em que assenta a instituição identifica, significativamente, a Política de proximidade (autárquica) com a Justiça de proximidade, (Julgados de Paz). Tudo isto e muito mais, sem que deixe de se entender que, decorrentes do Poder jurisdicional do Estado, os Julgados de Paz são, como já se disse, Tribunais do Estado.

Agora, há apenas que continuar o caminho para que aponta o art.º 66 da lei 78/2001, desde que a Assembleia da República se dignou corroborar o 1.º Relatório anual (2002) deste Conselho. O ISCTE propõe o preenchimento de *todo* o País com Julgados de Paz (o que estará muito bem!), através, inclusive, da figura de Agregações de Julgados de Paz, com a qual concordamos.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

5. De tudo isto resulta, claramente, não só a justificação constitucional deste Conselho mas, até, a sua indispensabilidade enquanto o art.º 217, mormente n.º 3, da Constituição da República Portuguesa disser o que diz:

Artigo 217.º

(Nomeação, colocação, transferência e promoção de juízes)

1. A nomeação, a colocação, a transferência e a promoção dos juízes dos tribunais *judiciais* e o exercício da acção disciplinar competem ao Conselho Superior da Magistratura, nos termos da lei.
2. A nomeação, a colocação, a transferência e a promoção dos juízes dos tribunais *administrativos e fiscais*, bem como o exercício da acção disciplinar, competem ao respectivo conselho superior, nos termos da lei.
3. A lei define as regras e determina a competência para a colocação, transferência e promoção, bem como para o exercício da acção disciplinar em relação aos juízes dos *restantes tribunais*, com salvaguarda das garantias previstas na Constituição.

O Conselho de Acompanhamento dos Julgados é, justamente, o Órgão do Estado que, nos termos do n.º 3 do art.º 217 da C.R.P., garante a vivência, relativamente aos Julgados de Paz, do *princípio constitucional da separação de Poderes*, em harmonia com a interdependência, nos termos exactos do art.º 111 n.º 1 também da Constituição:

“Os Órgãos de Soberania devem observar a separação e a interdependência estabelecidas na Constituição”, em sintonia, ainda, com o n.º 1 do art.º 110 da Constituição:

“São órgãos de Soberania o Presidente da República, a Assembleia da República, o Governo e os Tribunais”.

Note-se: não se identificam que Tribunais. Diz-se “os Tribunais”. Portanto, todos, designadamente os Julgados de Paz, conforme o art.º 209 n.º2 da Constituição:

“ (Categorias de Tribunais)

.....
Podem existir Tribunais marítimos, Tribunais arbitrais e Julgados de Paz.

....”



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Outras questões *que não a existência* – são a constituição e a funcionalidade deste Conselho. Sobre isso, temos feito e continuaremos a fazer propostas e recomendações.

Para já, deveremos anotar que, durante 2006, este Conselho, para além do seu trabalho diário, continuou a reunir mensalmente. Neste momento, estão realizadas 53 sessões, cada uma com a sua acta documentadora das deliberações tomadas.

Em 2006, o Conselho alterou, para maior funcionalidade, a sua própria estrutura, passando a reunir ora em Comissão Executiva, ora em Pleno.

As deliberações (numeradas por anos) têm tido as mais diversas naturezas, sempre sem prejuízo da independência *Jurisdicional* dos Juízes de Paz (inconfundível com *formal* ou *administrativa*), muitas vezes a solicitação dos Srs. Juízes de Paz.

Por outro lado, como relativamente a todas as instituições, também houve algumas reclamações, em 2006 relativas a certas situações. Então, nenhuma reclamação deu origem a qualquer actuação disciplinar pela simples razão de que não havia matéria para tal. Aliás, no âmbito das centenas de processos, as reclamações (como se disse, depois de averiguadas e estudadas insusceptíveis de desencadear procedimento disciplinar), em 2006, contam-se por 11 (onze) e, por regra, resultaram mais de dúvidas, desconhecimento normativo, etc., que se foi esclarecendo. Um campo muito comum consistiu na confusão relativamente às funções de Conselho, *suposto* órgão de recurso, que não é.

Ainda sobre o Conselho, é devida uma palavra acerca dos escassos Funcionários, extremamente dedicados ao ideal aqui em causa.

Deixou o Conselho o Funcionário que, durante os primeiros tempos, fora o único e que chegara a Secretário do Conselho, vale dizer chefe dos Serviços Administrativos, o Sr. Dr. Arlindo Ascensão, que se dedicara notavelmente à instituição Julgados de Paz.

O Conselho – que ainda não dispõe de quadro orgânico, que temos proposto – ultimamente, tem disposto, apenas de 3 Funcionários.

O Sr. Dr. João Carlos Lopes Martins, técnico superior jurista, actual Secretário.

A Sr.^a D. Graça Maria Machado Peixoto Dá Mesquita Garcia, Escrivã de Direito.

A Sr.^a. Dr.^a. Ana Glória de Ataíde Fernandes da Mota Feliz, que secretaria.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

O Secretário orienta todo o serviço (e até “serve de motorista”, sempre que necessário), dá pareceres jurídicos e, ultimamente, tem secretariado o serviço de avaliações pelo qual este Conselho insistiu como uma necessidade e que começou a executar-se em 2007.

As Senhoras, além de executarem a generalidade de serviço, procedem a traduções para e de línguas estrangeiras, mormente Francês e Inglês, face aos relacionamentos internacionais do Conselho.

Conforme temos dito, é necessário formalizar o quadro e aumentar o número de Funcionários.

Já em Setembro de 2007, graças à boa vontade do Instituto de Registo e Notariado foi aqui colocada, a Sr. D. Maria Dulce Domingos Gonçalves Vicente, escriturária superior, face ao constante aumento de serviço.

6. Uma palavra breve sobre cada um dos Julgados de Paz, porque a instituição vale pela sua globalidade.

Não há significativas diferenças relativamente ao ano anterior, que não sejam os reflexos do aumento genérico de serviço e a necessidade de deslocação de Juízes de Paz, como já se disse, até que o concurso/curso em fase de tramitação terminal.

É nossa convicção que a dificuldade de recursos humanos terminará cerca do fim do ano corrente.

O Julgado de Paz de Lisboa continua a evidenciar progressivo número de entradas. A área servida – 53 freguesias da capital – justifica a criação de uma Secção autónoma da sede, e pensamos que um local desejável seria a Loja do Cidadão dos Restauradores. Tem sido possível manter o quadro dos Juízes de Paz preenchido: 2.

O Julgado de Paz do Seixal é um caso típico de julgado de Paz estabilizado, com significativo movimento, quadro de Juízes preenchido (2) e sem dificuldades significativas, a não ser a conveniência de instalações mais adequadas e funcionais, o que se crê estar em vias de ser conseguido. Notícias recebidas da Autarquia seixalense dão-nos essa convicção.

Oliveira do Bairro começou por ser Julgado de Paz uni-concelhio .



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Hoje, é Agrupamento, de Oliveira do Bairro com Águeda, Anadia e Mealhada. Quando for estabelecido o respectivo Protocolo, a rentabilidade decerto subirá. Mas continua a ser um Julgado de Paz operativo e importante. A Sr.^a Juíza de Paz desdobra-se entre este Julgado de Paz e o de Santa Maria da Feira, até haver possibilidade de nomear um Juiz de Paz só para Santa Maria da feira.

Vila Nova de Gaia é um dos Julgados de Paz mais impressionantes em termos de eficiência. É o que teve até 30 de Junho de 2007, mais processos entrados (3597), apesar de se situar numa freguesia da periferia do respectivo concelho, seguido pelo Porto (em termos absolutos), ainda que se deva reconhecer que o de Vila Nova de Gaia é mais antigo. Há que melhorar a estrutura e a funcionalidade das respectivas instalações.

Terras do Bouro e Trofa são Julgados de Paz instalados, respectivamente, em 2004 e 2006. A Juíza de Paz de Terras de Bouro tem acumulado com a Trofa. São Julgados de Paz que suscitam geral agrado de quem, deles, se serve, mas ainda não obtiveram a rentabilidade desejada. Tal é melhorável e, portanto, a sua inserção nas linhas programáticas do estudo do ISCTE trará resultados mais significativos.

Vila Nova de Poiares e Miranda do Corvo vêm de 2004. Este ano, designadamente com a meritória persistência da Sr.^a Juíza de Paz de Miranda do Corvo (na linha de diligências anteriores) que está a acumular com Vila Nova de Poiares, foram obtidas instalações próprias e funcionais para o respectivo Julgado de Paz, o que deverá ser um passo importante a caminho de uma nova era. Miranda do Douro tem tido mais rentabilidade do que Vila Nova de Poiares. São casos com potencialidades mas, decerto, geograficamente repensáveis face às orientações do citado estudo do ISCTE.

Tarouca é a sede de Agrupamento que abrange, também, os concelhos de Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende. Não há dúvida de que, em 2006, a rentabilidade melhorou. Mas as dificuldades de comunicações estradais e a conveniência em substituir Postos de Atendimento por Delegações fazem pensar numa conveniente reordenação geográfica.

Santa Marta de Penaguião é a sede de Agrupamento que abrange, também, os concelhos de Alijó, Murça, Peso da Régua, Sabrosa e Vila Real. Aumentou a rentabilidade em 2006. De todo o modo, também se mostra conveniente substituir Posto



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

de Atendimento por Delegações e repensar reordenamento geográfico, tendo em atenção, inclusive, comunicações estradais.

Cantanhede, sede do Agrupamento de concelhos, também, de Mira e Montemor-o-Velho, é um caso de eficiência demonstrativo da vantagem das Delegações, relativamente simples Postos de Atendimento. O Juiz de Paz é um verdadeiro “João Semana da Justiça”, de um lado para o outro, tal como deve ser!

Porto é um Julgado de Paz uni – concelhio com muito movimento, dos mais movimentados do País. Tem-se ressentido de problemas atinentes aos recursos humanos, pesem embora todas as colaborações que este Conselho tem determinado. A saída do Juiz de Paz Coordenador mais complicará a situação. O problema só terá solução mais segura com os novos Juízes no final do actual concurso/curso.

Aguiar da Beira é a sede do Agrupamento Aguiar da Beira/Trancoso. É uma zona em que surge escassa litigância o que, do ponto de vista social, é positivo. Naturalmente, como em qualquer outro caso semelhante, o que pode acrescer é um repensamento geográfico, em função dos critérios do estudo técnico-científico do ISCTE.

Sintra é um caso notável de um recente Julgado de Paz (vem de 15.03.2006), que é, já, um dos que, no País, têm mais movimento e rentabilidade! Aqui, a necessidade consiste na abertura de uma Secção, com mais um Juiz de Paz (e, claro, mediadores e funcionários), logo que seja possível.

Coimbra tem o Julgado de Paz instalado desde 28.03.2006. Tem rentabilidade. Aqui, a dificuldade radica em a instalação se situar na periferia da cidade. Por outro lado, crê-se que, sendo um Concelho de cultura, com muitos pólos de atracção, é conveniente uma acção mais intensa de esclarecimento junto dos cidadãos em geral e dos juristas e da Academia em especial.

Santa Maria da Feira é, para já, o “benjamim” dos Julgados de Paz, instalado em 28.11.2006. Está a ter bons resultados, pese embora ainda não ter sido possível colocar um Juiz de Paz a tempo inteiro. Para já, é a Sra. Juíza de Oliveira do Bairro quem assegura o serviço, muito esforçadamente.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

IV

NOTA FINAL

Como apontamento final deste 6.º Relatório Anual, o Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz mantém aquilo que foi dizendo e propugnando ao longo de seis anos. Tudo é confirmado pelo referido estudo do ISCTE.

Poderíamos, pura e simplesmente, repetir o Relatório de 2002.

Os Julgados de Paz renasceram para *servir os cidadãos, com os cidadãos*.

É Justiça do Presente e do Futuro, como foi no Passado.

No fundo, isto é, simplesmente, Justiça. Naturalmente humana, com aspectos melhores e, outros, nem tanto.

Mas aperfeiçoável, melhorável. Logo, positiva.

Tudo o que serve os cidadãos e é aperfeiçoável vale a pena.

Repare-se que os Julgados de Paz deram visibilidade à moderna mediação, e mediação e conciliação são alguns dos elementos estruturantes dos Julgados de Paz, factores de pacificação. Na globalidade, os processos findos por mediação são cerca de 30% do total e os findos por conciliação cerca de 20% do total. Assim, cerca de metade dos processos ficam para julgamento propriamente dito, do Juiz de Paz.

Assim vão os Julgados de Paz.

Lisboa, 20 de Setembro de 2007